

# CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

## 01 // IDENTIFICAÇÃO

Nome Completo:

Morada:

Município:

Nacionalidade:

E-mail:

Nº Doc. Identificação:

Sexo: Masculino      Femenino

Idade:

Bairro:

Data de Nascimento:

Telefone:

Nº Contribuinte:

Data de Validade:

## 02 // HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

Doutoramento

Mestrado

Licenciatura

Bacharelato

Ensino Médio

Área/Curso:

## 03 // FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Título	Área	Instituição	Data de Conclusão

Neste momento frequenta algum estabelecimento de ensino Sim ☐ Não ☐

Se sim, indique o curso e o estabelecimento de ensino: \_\_\_\_\_

## 04 // EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Função	Empresa	Data de Início	Data de fim

A Contratante e o Contraente quando designados conjuntamente serão referidos como Partes. É celebrado de boa-fé o presente Contrato de Prestação de Serviços, que ambas as partes aceitam e reciprocamente se obrigam a cumprir, o qual se rege pelo conteúdo das cláusulas seguintes:

## **CLÁUSULA SEGUNDA**

(Âmbito)

- 1- Pelo presente o Segundo Outorgante prestará os serviços ora contratados sem subordinação ou dependência hierárquica, cabendo-lhe em exclusivo prestar serviços como Fotógrafo, em todo tipo de eventos corporativos e institucionais.

## **CLÁUSULA TERCEIRA**

(Local da Prestação dos Serviços)

Os serviços objecto do presente contrato serão executados na Província de Luanda e em todas as instalações da Contratante. CLÁUSULA QUARTA (Preço e Formas de Pagamento)

1. Pelos serviços prestados o primeiro outorgante pagará o valor de AKZ \_\_\_\_\_.

2. O montante dos honorários a que se refere o ponto 1 da cláusula quarta será pago pelo Primeiro Outorgante por transferência bancária ou depósito nas seguintes referências bancárias, Banco : IBAN: \_\_\_\_\_.

CLÁUSULA QUINTA (Prazo) O presente contrato tem a duração de 3 (Três) meses, podendo ser excepcionalmente prorrogado dependendo de situações próprias do objecto do mesmo, mediante solicitação antecipada de 15 (quinze) dias por parte da Contratante.

## **CLÁUSULA SEXTA**

(Obrigações das Partes)

### **I- DO PRIMEIRO OUTORGANTE:**

- a) Pagamento dos serviços ora contratados;
- b) Informar ao segundo outorgante sobre qualquer dificuldade que eventualmente enfrente para a prossecução dos fins inerentes à celebração do presente Contrato;
- c) Criar as condições necessárias para que o Segundo Outorgante tenha acesso a todo o material e todas as informações necessárias à prestação dos serviços com a qualidade necessária.

### **II- DO SEGUNDO OUTORGANTE:**

- a) Respeitar os termos do presente contrato;
- b) Prestar os serviços ora contratados de acordo com o estipulado no presente contrato, regulamento e instruções;
- c) Executar os Serviços objecto do presente Contrato, com os mais altos padrões de competência profissional e integridade ética.

## **CLAUSULA SÉTIMA**

(Pagamento de Impostos)

Cada uma das partes será responsável pelo pagamento dos impostos, taxas e outros encargos segundo a sua posição contratual que, nos termos da legislação angolana, lhe sejam aplicáveis, mas não se limitando ao:

- a) Imposto de Rendimento de Trabalho (IRT);
- b) Outros impostos e encargos que lhe sejam eventualmente aplicáveis nos termos da lei.

## **CLÁUSULA OITAVA**

(Cessação do Contrato)

O presente Contrato cessa nos seguintes casos:

- a) Caducidade, no termo do prazo previsto na cláusula referente à duração.
- b) Revogação por qualquer uma das Partes a qualquer tempo se a outra Parte não cumprir qualquer um dos termos, condições e obrigações previstas no presente contrato.
- c) Rescisão de uma das partes.

## **CLÁUSULA NONA**

(Força Maior)

1. As obrigações de ambas as partes nos termos do presente contrato, ficarão suspensas enquanto e na medida em que qualquer das partes seja impedida de cumprir as mesmas no todo ou em parte por um acontecimento totalmente imprevisto e para além do controle da referida parte, que não torne possível o cumprimento contratual conforme disposto neste documento, tal como greves, "lockouts", actos de guerra ou condições derivadas de/ou atribuíveis a guerras, tumultos, insurreições, condições atmosféricas excepcionais ou outros acontecimentos razoavelmente para além do controle de qualquer das partes.
2. Se a Força Maior provocar suspensão do cumprimento de qualquer das obrigações de qualquer dos Outorgantes, a referida parte deverá notificar a outra por escrito quanto à referida suspensão do cumprimento no prazo limite de sete dias, declarando no referido aviso a data e a extensão da suspensão.
3. Qualquer das partes que tenha suspenso o cumprimento das suas obrigações, pelas causas acima identificadas, deverá voltar ao cumprimento das mesmas, tão logo tenha terminado o efeito das circunstâncias que impediam o referido cumprimento. A parte afectada deverá notificar a contraparte da retomada das suas obrigações, bem como de todas as medidas correctivas e preventivas.
4. Se passados 30 dias as condições que deram origem à força maior se mantiverem, os Outorgantes têm direito de rescindir o contrato, pelo que notificarão a outra parte por escrito e em conformidade.

## 05 // AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Pontos Fortes

Formação Específica

## 06 // PARECER TÉCNICO

## 07 // ENQUADRAMENTO E CONSENTIMENTO

Área

Banda Funcional / Categoria Profissional

Vencimento Mensal Bruto (AOA)

Outros Benefícios Complementares

Lí, compreendo e aceito o disposto no presente documento: Sim ☐ Não ☐

Assinatura do Candidato/a: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## **CLÁUSULA DÉCIMA**

(Confidencialidade)

1. As Partes obrigam-se a não usar, divulgar, publicar e/ou revelar, excepto quando autorizadas expressamente e por escrito pela outra Parte, toda e qualquer informação que venha, directa ou indirectamente, a ser do conhecimento das Partes durante a execução do Contrato, e que se relacione, directa ou indirectamente, com a actividade, colaboradores, fornecedores, contratos, procedimentos, preços, condições contratuais e/ou técnicas, organização, estrutura, propriedade intelectual e industrial, e/ou quaisquer outros elementos comerciais, financeiros, jurídicos e/ou fiscais das Partes.
2. O disposto no número anterior não se aplicará quanto a informação que, na data da assinatura do Contrato, seja do domínio público, ou sempre que a revelação da informação protegida for exigida por lei ou por decisão de natureza administrativa e/ou judicial, e/ou sempre que a revelação da mesma em sede judicial e/ou arbitral se afigure necessária à resolução de litígio entre as Partes.
3. O disposto nos números anteriores prevalece mesmo após cessação do contrato. CLÁUSULA

## **DÉCIMA PRIMEIRA**

(Disposições Gerais)

1. O presente Contrato substitui todos os contratos, acordos e entendimentos prévios, escritos ou orais, que possam ter sido celebrados entre as Partes, no que diz respeito aos assuntos e matérias aqui contemplados.
2. Caso alguma disposição do Contrato venha a ser declarada inválida, ilegal ou inoponível por parte de Tribunal competente, tal invalidade, ilegalidade ou inoponibilidade não afectará qualquer outra disposição do Contrato, comprometendo-se as Partes, em respeito pelos ditames da boa-fé, a negociar e obter um acordo para a nova redacção da cláusula considerada inválida, ilegal ou inoponível, de modo a alcançar o fim visado por essa cláusula.
3. Qualquer renegociação ou alteração, emenda ou adendas ao Contrato obedecerá ao princípio da boa-fé e só será válida se reduzida a escrito e devidamente assinada pelas Partes no prazo de 15 (quinze) dias.
4. As obrigações e os direitos das Partes que, pela sua natureza, não se esgotem com a prestação dos Serviços, permanecerão em vigor e vinculam as Partes nos seus precisos termos, mesmo após a cessação do Contrato.
5. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer uma das Partes não importa a renúncia a esse direito nem impede o seu exercício posterior.

## **CLÁUSULA DECÍMA SEGUNDA**

(Alterações do Contrato)

1. Os termos gerais do contrato e/ou os direitos e obrigações das partes decorrentes do presente contrato, só poderão ser modificados por documento consensual escrito e assinado por ambas as partes.
2. Havendo razões justificativas para a rescisão, a parte interessada deverá comunicar à outra, por escrito, a sua intenção, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
3. A Parte que sem causa justificativa rescindir o presente contrato, obriga-se a indemnizar à outra pelos danos emergentes e lucro cessante, nos termos da lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

(Resolução de Litígios, Foro e Direito aplicável)

1. Qualquer litígio resultante da interpretação ou execução deste Contrato será resolvido por mútuo acordo.
2. As Partes comportem-se a explorar todas as possibilidades para chegarem a uma solução amigável no caso de surgirem divergências na interpretação ou execução do presente Contrato.
3. Qualquer litígio que surgir entre as Partes contratantes sobre a interpretação, validado ou execução de qualquer cláusula ou disposição deste Contrato será resolvido, numa primeira tentativa, por via da mediação de terceira pessoa designada de comum acordo pelas Partes.
4. No caso de não ser possível chegar acordo na primeira tentativa, o litígio será resolvido, sem mais recurso, por tribunal arbitral do foro da Comarca de Luanda.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

(Exemplares e Língua)

O presente Contrato de Prestação de Serviços, corresponde à vontade real declarada dos Outorgantes, tendo sido elaborado livremente de boa-fé e em língua portuguesa em 2 (dois) originais que, depois de assinados e rubricados pelas partes, caberá 1 (um) exemplar para cada uma.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

(Comunicações e Notificações)

1. As partes desde já acordaram que as comunicações e notificações são dirigidas para os seguintes endereços de e-mail:
  - a) Endereço do Primeiro Outorgante:
  - b) Endereço do Segundo Outorgante:
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

O PRIMEIRO OUTORGANTE \_\_\_\_\_ O SEGUNDO OUTORGANTE \_\_\_\_\_